

# Brasil pulou armadilha, dizem assessores do Planalto

O Brasil pulou uma armadilha cuidadosamente preparada pelos banqueiros internacionais. É assim que se vê, no Palácio do Planalto, a declaração de suspensão do pagamento dos juros da dívida externa de longo prazo do País. A estratégia dos banqueiros privados no Exterior, segundo considerações de assessores do presidente Sarney, era a de levar o Brasil a exaurir todas as suas reservas internacionais, a fim de que comparecesse à mesa de negociações sem qualquer poder de barganha, a exemplo do que aconteceu em 1982.

Só que desta vez a tática não funcionou e o governo agiu mais rápido — dizem os assessores do presidente. Para eles, a moratória foi uma decisão pensada do governo, tão logo o País começou a perder os primeiros dólares nos níveis de suas reservas externas, através de um comportamento medíocre da balança comercial, o presidente José Sarney, numa reunião com os ministros Dilson Funaro, João Sayad, e os generais Ivan de Souza Mendes (SNI) e Bayma Dennis, do Gabinete Militar, determinaram como limite crítico das reservas, US\$ 4 bilhões. Ficou, então, acertado que, ao se atingir este limite, o governo, imediatamente, decla-

ria uma moratória unilateral da dívida externa.

Contra esta situação havia apenas duas possibilidades: a primeira, a de que o superávit da balança comercial voltasse a se recuperar, atingindo novamente o auspicioso US\$ 1,2 bilhão ao mês. A segunda, a de que o País conseguisse obter dinheiro novo no mercado internacional.

O tempo foi passando e, apesar dos esforços, o País não conseguiu obter nenhuma das duas condições. O saldo comercial caía mais e mais, até chegar nos US\$ 129 milhões em janeiro, e apesar das incursões sistemáticas, o Brasil não conseguia obter dinheiro novo no mercado financeiro internacional. Estava patente que os bancos, antes de negociar com o País, queriam vê-lo quebrado financeiramente. O governo montou, então, a sua estratégia: antes de chegar ao "fundo do poço" — exaustão completa das reservas — suspenderia o pagamento.

Foi pensando nisto que o presidente Sarney indagou do economista John Kenneth Galbraith, ao recebê-lo em seu gabinete no Palácio do Planalto, o que aconteceria se o Brasil declarasse uma moratória unilateral, ante uma queda acentuada das suas

reservas externas, para retomar, apenas num momento seguinte, a renegociação em condições que considerasse mais favoráveis. A resposta veio clara e rápida: "Não acontece nada, presidente. Eu, no lugar do senhor, faria isso".

A resposta de Galbraith, profundo conhecedor do mercado internacional, prêmio Nobel em Economia e ex-assessor econômico do presidente John Kennedy animou Sarney, e serviu para que o governo afugentasse mais rapidamente os fantasmas do medo de uma retaliação, fabricados em abundância por ex-ministros da área econômica ligados ao PDS e por mais alguns economistas ortodoxos. A palavra amiga e experiente de Galbraith veio num momento de muita importância na montagem da estratégia do governo porque, até ali, somente ousavam falar em moratória unilateral os políticos do PMDB e os economistas novos, com pouca experiência no Poder Executivo.

No Palácio do Planalto e na área econômica oficial ninguém acredita hoje numa retaliação séria à moratória. Espera-se dificuldades, mas o País, agora, segundo se crê, está mais próximo de conseguir dinheiro novo para recompor suas reservas do que antes da moratória.